

SUCESSÃO *Eleição Presidencial* GAZETA MERCANTIL ACM diz que aprovação de Fundo não aumenta chances de Cardoso nas eleições

por Paulo Totti
de Washington

O governador da Bahia, Antonio Carlos Magalhães (PFL), disse ontem em Washington que a aprovação pelo Congresso do Fundo Social de Emergência (FSE) não aumenta as chances do ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, nas eleições para a Presidência da República. "Enquanto não baixar a inflação", disse o governador, "os índices de popularidade do ministro da Fazenda refletirão a sua falta de êxito na solução de um problema que é a desgraça do povo brasileiro."



Antônio Carlos
Magalhães

Em Washington, para a assinatura de um contrato de financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para corredores rodoviários da Bahia, o governador comentou que o ministro da Fazenda, após a aprovação do FSE, tem agora todos os instrumentos que solicitou para combater a inflação, "e não pode mais queixar-se do Congresso". Revelou, porém, seu ceticismo quanto à eficácia da gestão do ministro da Fazenda. "O seu plano é tímido, encabulado. Tem que haver uma diminuição do tamanho do Estado e muito mais privatizações", disse Antônio Carlos, enquanto esperava, no salão nobre do BID, a chegada do presidente do organismo, Enrique Iglesias, para o início da cerimônia da assinatura do contrato, que contou, também, com a presença do embaixador brasileiro em Washington, Paulo Tarso Flecha de Lima.

ALTERNATIVA A LULA

Mais tarde, já falando para a TV Globo, e abordando o tema da sucessão presidencial, Magalhães voltou a afirmar que o eleitorado está aguardando o surgimento de um nome nacional que possa opor-se a Luís Inácio Lula da Silva, do PT, cuja candidatura não estaria crescendo, "apesar das dificuldades enormes do Brasil". No entender do governador, esse candidato de oposição a Lula, capaz de unir todas as outras correntes políticas, tem que ser um administrador. "O Brasil, agora, está precisando de um bom gerente", disse.

Convidado a apontar o nome de um bom gerente para enfrentar Lula, o governador da Bahia disse que "há muitos, e, como são muitos, não devemos citá-los, pois isso pode atrapalhar a escolha de um só".

O governador, de 66 anos, não considera decisivo nas eleições presidenciais o fato de o candidato ser jovem. "O País está sedento de um administrador." Já discursando, acrescentou: "Tem de ser um gerente, que tome conta, que crie as condições de o povo sofrer menos, que dê uma situação melhor para essa população que já não tem mais como viver, que não cobre tantos impostos, que dê melhores salários, que dê confiança, que dê desenvolvimento. Para isso, evidentemente, tem de ser alguém comprovadamente competente. Visto isso, pode ser jovem ou não. Se for jovem, sofrerá menos ataques que um mais antigo, que tem mais adversários".

INVESTIMENTOS DO BID

O contrato que Maga-

Garcia nega candidatura

O governador de Minas Gerais, Hélio Garcia, filiado recentemente ao PTB, reafirmou sua decisão de não disputar a Presidência da República no pleito deste ano, ao ser questionado sobre o lançamento do seu nome por dirigentes da Associação Mineira de Municípios (AMM). "Eu fico muito lisonjeado, porque sou um homem público. Agradeço a homenagem e a lembrança, mas não sou candidato", garantiu. Indagado ainda se seria candidato a vice-presidente, Garcia foi enfático: "Se não sou candidato a presidente, não sou também a vice", informou a agência Brasil.

lhães assinou com o BID, com aval e fiança do governo brasileiro — representado pela procuradora da Fazenda Nacional, Suely Dib de Souza e Silva — prevê investimentos de US\$ 294 milhões na pavimentação de 750 quilômetros de estradas rodoviárias na Bahia e a reabilitação de 600 outros quilômetros. Desses 1.350 quilômetros, 445,6 quilômetros pertencem ao governo federal. A participação do BID é de US\$ 147 milhões, em um empréstimo para pagamento em vinte anos, com taxas de juro variáveis, hoje de 7,26% ao ano. A outra metade dos recursos sairá do governo da Bahia. Nota que a assessoria de imprensa do governador distribuiu afirma que, no início das negociações com o BID, foi proposto ao governo federal que participasse do financiamento de 50% da contrapartida brasileira pela realização de obras nas rodovias administradas pelo DNER. "Não houve resposta", diz a nota. "Mas a Bahia não será prejudicada e vai arcar com as obras, indispensáveis para o seu desenvolvimento." Segundo o governador, essa é uma demonstração de administração responsável.

Discursando depois da cerimônia de assinatura, Magalhães disse que a seriedade com que seu governo gerencia os recursos, próprios ou tomados de empréstimo de organismos internacionais, foi revelada quando, depois de receber denúncias, mandou anular a concorrência para dois lotes (3 e 7) dos sete trechos de 331 quilômetros de obras já iniciadas. Com a nova concorrência, o preço desses dois lotes caiu de US\$ 22,5 milhões (apurado na primeira concorrência) para US\$ 9,8 milhões. Com isso, os sete trechos que custariam US\$ 52 milhões foram reduzidos para US\$ 23,3 milhões.